

Grupo de Trabalho da Moratória da Soja

O que muda com a adesão do BB?

Gustavo Aguiar¹
 Rafael Ribeiro²
 Alcides Torres³
 Marco Túlio Silva⁴

O BANCO do Brasil é o maior financiador do agronegócio brasileiro. Segundo fontes do banco, ele responde por cerca de 60% dos financiamentos agrícolas, chegando a 80% na agricultura familiar, e atende a cerca de 5,2 mil municípios.

O Banco do Brasil anunciou, em 1º de dezembro de 2010, a adesão ao Grupo de Trabalho da Moratória da Soja (GTS). O GTS é composto pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), por empresas associadas, organizações da sociedade civil e pelo Ministério do Meio Ambiente.

As seguintes iniciativas foram divulgadas pelo BB após a adesão ao GTS:

a) não financiar a produção de soja em áreas desflorestadas dentro do bioma Amazônia após 24 de julho de 2006, baseando-se em informações fornecidas pelo GTS;

b) exigir a regularidade ambiental das propriedades rurais localizadas no bioma Amazônia na concessão dos financiamentos, de acordo com regras específicas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

c) divulgar e disponibilizar linhas de crédito voltadas à recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente.

O anúncio acontece quando o governo anuncia a menor taxa de desmatamento anual da Amazônia Legal desde que as observações tiveram início, em 1988. A taxa divulgada para 2010 foi de 654.100 ha, 12,4% menor que em 2009 e 60,3% inferior à média dos últimos dez anos.

Estimativa de produção de soja dos Estados que compõem o bioma amazônico (mil toneladas)

UF	Safra 2008/09	Participação [%]	Safra 2009/10	Participação [%]
Mato Grosso	17.963	88,26	18.767	86,13
Maranhão	975	4,79	1.331	6,11
Tocantins	856	4,21	1.071	4,92
Rondônia	327	1,60	384	1,76
Pará	209	1,03	233	1,07
Roraima	22	0,11	4	0,02
Acre	0	0,00	0	0,00
Amazonas	0	0,00	0	0,00
Amapá	0	0,00	0	0,00
Soma	20.352	100,00	21.789	100,00

Fonte: Conab/Scot Consultoria

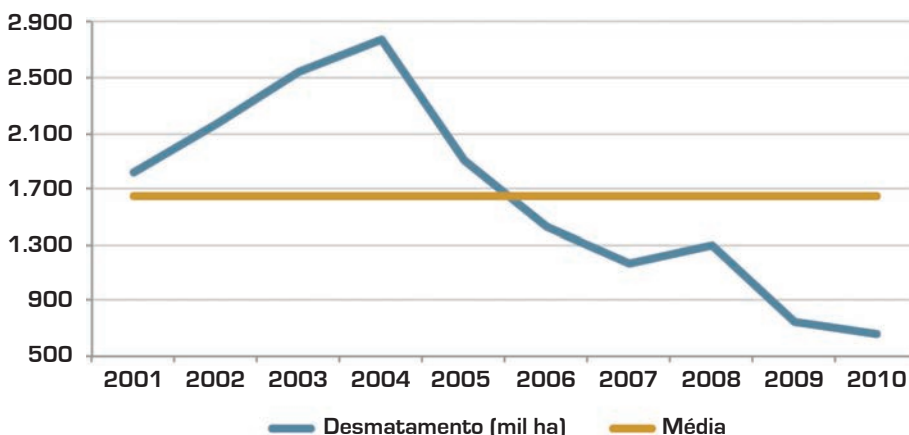
Bioma amazônico x produção de soja

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bioma amazônico possui 419 milhões de hectares, perfazendo 49,3% do território nacional. Abrange na totalidade o Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima, grande parte de Rondônia (98,8%), e parcelas do Mato Grosso (54%), Maranhão (34%) e Tocantins (9%).

Destes, o Mato Grosso é o único que possui produção representativa de soja, estimada em 18,76 milhões de toneladas na safra 2009/2010. É o maior produtor do País.

De acordo com a expectativa de produção para os Estados do bioma nas safras 2008/09 e 2009/10, o Mato Grosso é, de longe, quem manda na produção nos Estados analisados.

Desmatamento anual da Amazônia Legal e média do período (mil hectares)



Fonte: Inpe/Scot Consultoria

Levando em conta os dados municipais consolidados, referentes a 2008/09, temos que a produção dos municípios que compõem o bioma amazônico no Mato Grosso soma 8,3 milhões de toneladas, ou 46,2% da produção do Estado (17,96 milhões de toneladas).

Ainda na safra 2008/09, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira foi de 68,7 milhões de toneladas. Diante desse total, o que é produzido no Mato Grosso, dentro do bioma amazônico, representa 12,1%.

O Estado exporta a maioria de sua produção, o que garante a adequação de boa parte dessa produção realizada no bioma amazônico aos parâmetros exigidos pela Moratória da Soja. A moratória é o compromisso de não comercializar soja oriunda de áreas desmatadas no bioma após 24 de Julho de 2006.

Outros fatores são o alto grau de tecnologia e o fato de a atividade já enfrentar a demanda ambiental há alguns anos no Estado. Dentro do bioma amazônico do Mato Grosso, temos importantes municípios produtores, como Sorriso, o maior produtor do País.

Linhas de financiamento existentes

Até o momento, o Banco do Brasil não divulgou novas linhas de financiamento em função da adesão ao GTS com o intuito de apoiar a recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente.

No entanto, o banco possui linhas que podem ser utilizadas para esse propósito. Elas estão enquadradas dentro de investimentos, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como o Produsa e o Propflora.

Linhas de financiamento do Banco do Brasil destinadas à questão ambiental

Linha	Taxa de juros (% a.a.)	Prazo máximo em anos	Limite máximo (R\$/beneficiário)
Propflora	6,75	4, 12 ou 15 [1]	R\$300 mil
Produsa	5,75 a 6,75 [2]	5 a 12 [3]	R\$400 mil

Fonte: BNDES/Banco do Brasil/Scot Consultoria

[1] O prazo de até quatro anos refere-se a financiamentos para a implantação de viveiros de mudas florestais. O prazo pode ser estendido para 15 anos conforme a espécie florestal.

[2] A taxa de 5,75% ao ano será aplicada quando se tratar de projeto destinado à recuperação de áreas produtivas degradadas, inclusive com pastagens, desde que obedecidos os pré-requisitos do programa.

[3] Até cinco anos quando se tratar apenas de correção de solo. Até oito anos para investimentos em solos, equipamentos, benfeitorias etc. Até 12 anos para investimentos voltados para implantação de sistemas produtivos, Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura (ILPS), quando o componente florestal estiver presente, e para a implantação de florestas de dendezeiro.

O Produsa prevê nas suas atribuições o atendimento a projetos de adequação ambiental de propriedades rurais à legislação vigente. Já o Propflora enquadra a recomposição e manutenção de Áreas de Preservação Permanente e de Áreas de Reserva Legal.

Os produtores que desejam regularizar suas propriedades já contam com recursos a sua disposição. As exigências para a obtenção do crédito são projeto técnico e garantias para o empréstimo. Outros detalhes devem ser consultados com o gerente das agências.

Por fim, pelos números e argumentos expostos, devemos crer que a produção de soja que não está “de acordo” com os parâmetros exigidos pela Moratória da Soja no bioma amazônico é pequena diante da produção nacional.

Apesar da boa intenção das iniciativas, em prol da produção “legal”, elas devem

ser acompanhadas de segurança jurídica do ponto de vista do campo.

Mais importante que qualquer adesão de agentes financeiros ao GTS, é preciso resolver o imbróglio do Código Florestal, por exemplo.

Caminhamos em uma estrada sem volta rumo à sustentabilidade da produção, na qual já avançamos muito. Devemos, porém, ter cuidado para não criar mais dificuldades, além das tantas ainda existentes. Suspender o crédito indiscriminadamente é criar problema. Como dizem: muito ajuda quem não atrapalha. ■

1. zootecnista (gm@scotconsultoria.com.br)

2. zootecnista (rafael@scotconsultoria.com.br)

3. engenheiro agrônomo (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)

4. engenheiro agrônomo (ms@scotconsultoria.com.br)